

Igor Pouchain Matela

Padrões de produção do espaço na longa duração do capitalismo

LETRACAPITAL



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Igor Pouchain Matela

Padrões de produção do espaço na longa
duração do capitalismo

LETRAPITAL

Copyright © Igor Pouchain Matela, 2024

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610,
de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida
ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados,
sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Do autor

PROJETO GRÁFICO E CAPA Jenyfer Bonfim

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M377p

Matela, Igor Pouchain

Padrões de produção do espaço na longa duração do capitalismo [livro eletrônico] / Igor
Pouchain Matela. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

2,5 Mb ; Recurso digital

Formato: ePDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-052-4 (e-book)

1. Capitalismo 2. Ciências políticas 3. Ciências econômicas I. Título

CDD 306.342

24-5077

CDU 330.342.14

Angélica Ilacqua – Bibliotecária - CRB-8/7057

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3353-2236 / 2215-3781
vendas@letracapital.com.br
www.letracapital.com.br

Agradecimentos

No final de 2015, aceitei o convite do professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro para formar um grupo de estudos, inicialmente junto com Nelson Diniz e Marcelo Rodríguez Mancilla, com o objetivo de aprofundar a compreensão acerca das relações entre as transformações mais recentes da acumulação capitalista e o processo de financeirização. Isso porque, naquele momento, os debates sobre a financeirização chegavam com muita força no campo de estudos urbanos e regionais no Brasil. Com a devida precaução, resolvemos que seria importante entender os fundamentos do que seria a financeirização do capitalismo, para então termos condições de intervir com melhor qualidade no debate acadêmico. Nesse sentido, começamos nossas leituras por Fernand Braudel que, a partir de sua abordagem de longa duração histórica, nos levou a Giovanni Arrighi e aos ciclos sistêmicos de acumulação. Em seguida, numa maior aproximação com nosso campo de estudos, empreendemos a leitura e a discussão de *Os Limites do Capital*, de David Harvey. Ao longo desse período, tivemos contato e estudamos uma série de outros autores com diferentes perspectivas e abordagens, incluindo necessariamente trabalhos de pesquisadores brasileiros e latino americanos. Nesse percurso, o grupo também foi se ampliando e recebeu a colaboração de novos participantes: Priscilla Rodrigues, Tarcyla Fidalgo, Alexandre Yassu, Ísis Camarinha, Pedro Paulo Gonçalves e, mais recentemente, Paulo Monsores. Cada um, com o tempo que dedicou ao grupo, é parte dessa construção coletiva.

Em algum momento, percebemos que já tínhamos acúmulo suficiente para contribuir com o debate. Aí, já com o nome de “Metrópole, Estado e Capital”, passamos gradativamente a realizar publicações de artigos e de livros (alguns frutos das teses de seus integrantes), assim como organizamos seminários e espaços de diálogo. Dentre as publicações, destaca-se a coletânea “As metrópoles e o capitalismo financeirizado”, com sua primeira edição em 2020. A seguir, nossa preocupação foi se voltando com mais intensidade

para a compreensão da realidade social e espacial brasileira no contexto das transformações sistêmicas do capitalismo. Assim, inspirados pelos debates clássicos, fomos nos aproximamos cada vez mais das discussões relacionadas à inserção do Brasil no sistema mundial, os fundamentos de nossa posição periférica e dependente. Para isso, recorreremos tanto às leituras e às releituras atuais sobre a dependência, às teorias do sistema-mundo, assim como à economia política internacional. Faço essa breve menção ao grupo de estudos e pesquisas sem a pretensão de que seja uma descrição precisa do que realizamos nesses quase dez anos, mas, em primeiro lugar, para afirmar que a presente tese é o resultado de um grande e duradouro esforço coletivo. Esforço que vai muito além desse trabalho – que reflete apenas a forma como esse conhecimento compartilhado foi internalizado por mim. E, acima de tudo, faço essa menção para agradecer a todos e ao professor Luiz Cesar por tudo o que construímos juntos.

Eu não poderia ter feito essa tese, entretanto, sem outros importantes apoios que tive desde que ingressei no doutorado. Gostaria de agradecer à professora Lúcia Shimbo e aos professores Jeroen Klink, Carlos Brandão e Marcelo Ribeiro por terem constituído minha banca de defesa, terem feito uma leitura atenciosa e generosa do texto e compartilhado suas considerações, críticas e comentários sobre o tema e sobre questões futuras. Eles foram os primeiros leitores “externos” ao grupo de estudos e me ajudaram a ver o texto de formas que eu ainda não tinha percebido.

É necessário também agradecer ao CNPq pelo suporte que tive com a bolsa de doutorado, que garantiu que eu me dedicasse com mais tempo e com mais atenção à pesquisa e ao desenvolvimento do trabalho.

Muitos amigos fizeram parte, de diversas formas, do processo que culminou na produção dessa tese. Não teria como nomear todo mundo, por isso cito aqueles com quem tive um diálogo mais estreito em torno do objeto da pesquisa e que, em alguma medida, me ajudaram a pensar melhor nas questões levantadas. Assim, gostaria de agradecer ao Pedro Paulo Gonçalves, que criou um grupo de *whatsapp* para manter em contato alguns amigos da época de mestrado. Além dele, e de mim evidentemente, o Dante Pezzin e

o Nelson fazem parte desse grupo que acabou sendo um espaço descontraído de reflexão sobre os assuntos que nos afligem pessoalmente e sobre os temas do dia-a-dia. Um grupo que também tem seus momentos de debates de alto nível, de troca de experiências, de angústias e de figurinhas. Tive muita sorte também de ter feito parte de uma turma de doutorado tão boa, especialmente nas relações interpessoais. Aí também fiz grandes amigos. Menciono aqui o Martín Scarpacci, o Rodrigo Portugal e o Thiago Pinho por serem aqueles com quem mais dialoguei sobre as questões que envolvem essa tese. Amigos que me ajudaram a refletir, a formular perguntas e a desenvolver ideias. E não podia deixar de falar da minha amiga Ileri Ceja, que conheci através do Martín e que me ajudou a passar num concurso com sua consultoria especializada em migrações internacionais.

Conviver durante todo o processo de preparação, pesquisa e escrita de uma tese deve ser muito duro. Por isso, toda minha gratidão à Marina, minha companheira, por compreender e conseguir me aturar durante esse tempo. Só com muito afeto isso foi possível. Te amo.

Por fim, agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando nessa escolha e em todas as outras escolhas que fiz na vida. Meu pai, Horácio, que sempre esteve junto, fica feliz e compartilha com os amigos todos os passos da minha caminhada. E minha mãe, Rose, que me acompanhou até o início da trajetória do doutorado e que, mesmo não estando mais aqui, sempre será parte fundamental de quem eu sou.

Sumário

1. Introdução	13
2. A acumulação de capital e a produção capitalista do espaço	23
2.1 Primeiro recorte: superacumulação e desvalorização no processo de produção de mercadorias.....	26
2.2 Segundo Recorte: deslocamentos temporais	35
2.2.1 Investimentos de longo prazo e a formação de capital fixo.....	36
2.2.2 Desenvolvimento do sistema de crédito: a ascensão das finanças	43
2.2.3 A produção do ambiente construído	53
2.3 Terceiro recorte: deslocamentos espaciais	61
2.3.1 Desenvolvimento geográfico desigual e a formação de “coerências estruturadas”	62
2.3.2 Alianças de classe de base territorial, lógicas capitalista e territorial de poder	69
2.3.3 Ajuste espacial, imperialismo e crise global.....	72
2.3.4 Acumulação por despossessão.....	78
3. Os ciclos sistêmicos de acumulação	84
3.1 Sociedade mercantil, capitalismo e a recorrência das altas finanças em Braudel	87
3.2 A formalização dos ciclos sistêmicos de acumulação	90
3.3 As expansões materiais	98

3.3.1 Da cooperação à competição	100
3.3.2 Regimes de acumulação e vias de desenvolvimento	102
3.3.3 A contradição entre os meios e os fins da acumulação de capital	103
3.4 As expansões financeiras	106
3.4.1 Mudança dos agentes líderes para as altas finanças	107
3.4.2 Condições de oferta e de demanda do capital circulante.....	107
3.4.3 Redistribuições de valor nas expansões financeiras.....	110
3.4.4 Investimentos na terra e a formação das classes rentistas	111
3.4.5 Restauração da riqueza e do poder para as classes capitalistas	112
3.4.6 A emergência de um novo regime de acumulação	113
3.4.7 Caos sistêmico e transição hegemônica	115
3.5 Ciclos sistêmicos de acumulação como estágios na história do capitalismo.....	119
3.5.1 Aumento da complexidade e tamanho dos agentes e estruturas organizacionais	120
3.5.2 Padrões de recorrência e evolução determinados pela história e pela geografia.....	125

4. Padrões de produção do espaço no sistema mundial capitalista	128
4.1 Recapitulação e síntese: ajustes espaço-temporais nas fases de expansão material e financeira	133
4.2 Os padrões de produção do espaço nas expansões materiais e financeiras	151
5. A produção do espaço na periferia do sistema mundial: apontamentos sobre o caso brasileiro	167
5.1 A estrutura centro-periferia do sistema mundial capitalista.....	167
5.2 As formas históricas das relações de dependência.....	181
5.3 Padrões de produção do espaço no Brasil no longo século XX	191
5.3.1 Padrão de produção do espaço e forma de dependência na expansão financeira do ciclo britânico	193
5.3.2 Padrão de produção do espaço e formas de dependência na expansão material do ciclo estadunidense.....	215
5.3.3 Padrão de produção do espaço e formas de dependência na expansão financeira do ciclo estadunidense	222
6. Conclusão	253
Referências	259

Introdução

Nas últimas décadas, especialmente na virada do século XX para o XXI, o debate crítico sobre as questões urbanas e regionais passou por uma importante inflexão. Até mais ou menos ou anos 1980, a produção acadêmica esteve focada nos processos que resultavam das contradições da industrialização. No caso da América Latina e mais especificamente do Brasil, as preocupações giravam em torno de compreender os efeitos de uma industrialização periférica que não havia conseguido superar o subdesenvolvimento e a dependência em relação aos países centrais. Questões como a rápida urbanização e metropolização, a intensa migração campo-cidade, a formação de uma massa marginal urbana, os desafios da produção habitacional, a segregação socioespacial nas cidades, a dicotomia legal-ilegal do trabalho e da moradia, a emergência das classes médias e de novos movimentos sociais com bases urbanas, o desenvolvimento desigual das regiões do país, a modernização conservadora do campo etc. foram típicas dos estudos e pesquisas no período. Junto a isso, pensava-se em como o planejamento e as políticas estatais poderiam enfrentar os problemas decorrentes desses processos. Esse cenário muda gradativamente do final dos anos 1980 em diante. Refletindo as transformações mais gerais a nível mundial, as novas questões passam a tentar capturar as mudanças associadas ao processo de globalização que, associado ao triunfo de uma nova ordem neoliberal, arrebatava todos os países. Assim, o relativo enfraquecimento do poder de ação dos Estados nacionais frente às dinâmicas capitalistas teria necessariamente repercussões nas formas de produção e gestão do espaço tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Os debates passam a apontar a imposição de uma razão de mercado, a predominância do valor de troca sobre o valor de uso, seja nas cidades seja na escala regional. Entram em pauta, por exemplo, discussões sobre a perda de centralidade do Estado nacional enquanto escala

privilegiada da produção e da gestão do espaço, os processos de privatização dos bens comuns ou públicos, a competição entre cidades e regiões, a mudança das formas de governança em direção a um viés competitivo e empresarial e, mais recentemente, os processos de mercantilização e financeirização com a tendência de transformação da terra e de bens comuns em ativos financeiros.

Esses novos processos, no entanto, têm sido muitas vezes abordados de maneira pontual, com referências genéricas às novas dinâmicas resultantes das transformações sistêmicas do capitalismo e às mudanças nas formas de organização do Estado a elas associadas. Poucas são as tentativas mais rigorosas de analisar esses processos em conjunto, como manifestações vinculadas a uma determinação comum. Nesse sentido, algumas questões ainda carecem de maior consideração teórica. Seria possível compreender, de modo abrangente, a variedade de processos descritos pelos estudos urbanos e regionais recentes como expressões de uma mesma totalidade? De que modo esses processos se relacionam? Poderíamos delimitar temporalmente a predominância desses processos, isto é, construir uma periodização histórica para eles? Qual é exatamente a relação entre a emergência desses processos nos últimos 40 anos e as transformações sistêmicas no modo de funcionamento do capitalismo? Esses processos se diferem no centro e na periferia? Como e por quê?

Em certa medida, algumas abordagens teóricas procuram oferecer respostas a esses questionamentos. Como bem observado por Diniz (2020), as transformações gerais do capitalismo, a partir do final dos anos 1970, e as mudanças dos processos espaciais a elas relacionadas têm sido interpretadas, na perspectiva crítica do campo de estudos urbanos e regionais, predominantemente a partir do arcabouço explicativo da teoria da regulação. Em linhas gerais, essa teoria propõe que as tendências potencialmente críticas do regime de acumulação capitalista do pós Segunda Guerra Mundial foram temporariamente estabilizadas por meio de um modo de regulação próprio que estabeleceu grandes compromissos sociais entre Estado, capital e trabalho. A acumulação fordista, as políticas econômicas de viés keynesiano e o Estado de Bem-Estar social seriam as marcas desse regime que vigorou por cerca de trinta anos. Porém, enquanto há um relativo consenso de que o regime

de acumulação e o modo de regulação fordistas foram difundidos variegadamente entre os países capitalistas centrais, o mesmo não se pode dizer em relação aos demais países que compõem a periferia ou semi-periferia do sistema mundial. Alguns autores tentaram descrever a forma específica desse regime em países industrializados não-desenvolvidos. Lipietz (1989), por exemplo, formulou a concepção de um fordismo periférico. Entretanto, mesmo aceitando sua hipótese, ela não podia ser generalizada.

Ainda segundo Diniz (2020), boa parte da influência da teoria da regulação no campo dos estudos urbanos e regionais deve-se à receptividade da publicação, por David Harvey, de *A Condição Pós-Moderna*, em 1989. Nesse livro, que teve grande acolhida nos meios acadêmicos brasileiros, Harvey sugere que o regime de acumulação fordista estaria sendo substituído por um novo regime de acumulação flexível, sob os efeitos da ascensão dos mercados financeiros e da reestruturação produtiva. Essa linha de interpretação, deixada de lado por Harvey em seus trabalhos posteriores, acabou marcando especialmente os debates brasileiros nos estudos urbanos e regionais, que tentaram, de alguma forma, importar e adaptar essa hipótese para dar conta da nossa realidade.

Além de Harvey ([1989] 1996), autores mais próximos às abordagens regulacionistas também buscaram formular explicações sobre as transformações em curso no modo de funcionamento do capitalismo a partir desse marco teórico. Colocava-se em questão se o ocaso do fordismo teria dado ou poderia dar lugar a um novo regime de acumulação e a um novo modo de regulação. Aglietta (1998), por exemplo, chegou a identificar a ascensão, no final do século XX, especialmente nos Estados Unidos, de um regime de crescimento patrimonial que estaria, naquele momento, garantindo um período de crescimento econômico com legitimidade social, fundado nos ganhos proporcionados aos trabalhadores associados aos fundos de pensão daquele país. Chesnais (2002), no entanto, recusa a perspectiva da emergência de um novo regime de acumulação que poderia substituir o fordismo. Para ele, não seria possível sustentar, nos termos da teoria da regulação, a viabilidade de um regime de acumulação financeirizado ou sob dominância financeira na medida em que não surgiram, desde o fim do fordismo, nem instituições, nem compromissos sociais e políticos

fundadores capazes de conter, temporariamente, os conflitos e as contradições do capitalismo. Além disso, para Chesnais (2002), mesmo que os circuitos de acumulação financeira e seus processos exibam traços sistêmicos, esse novo regime de acumulação financeirizado não criou e não teria condições de criar raízes e ser bem sucedido fora dos Estados Unidos, único país que conheceu um período – basicamente os anos 1990 – de crescimento econômico plenamente identificável baseado na acumulação financeira. Ou seja, apenas nos Estados Unidos a hipótese do novo regime pôde mostrar, por um curto período, alguma consistência.

A partir dessas observações, Chesnais (2002) questiona a possibilidade de difusão internacional do capitalismo financeiro como um regime de acumulação capaz de permitir um desenvolvimento estável da economia mundial. Para ele, a resposta é negativa. Isso porque a economia mundial vinha passando por dois importantes processos interligados: se de um lado, havia a constituição de um espaço comum de valorização com o fortalecimento do mercado mundial, por outro lado, a reprodução dos fatores de diferenciação entre os países, constituía relações ainda mais assimétricas e hierarquizadas do que no período fordista anterior. Tais relações assimétricas com outros países seriam um forte elemento explicativo do crescimento estadunidense dos anos 1990, uma vez que eles puderam obter vantagens dessas relações graças a sua posição no topo da hierarquia mundial. Em suma, Chesnais (2002) reforça a impossibilidade de um regime de acumulação sob dominância financeira tanto pela falta de compromissos sociais internos aos países quanto devido à ausência de compromissos políticos entre os Estados que permitissem um crescimento econômico compartilhado.

Em um artigo crítico sobre os limites das abordagens da financeirização do capitalismo, das empresas e da vida cotidiana, Christophers (2015) levanta alguns pontos que podem muito bem ser colocados também frente à hipótese do regime de acumulação financeirizado. Em especial, destacamos o que ele chama de ‘limites óticos’ dessas abordagens. Esses limites podem ser considerados em duas dimensões: uma temporal e uma espacial. Sobre os limites espaciais, e em consonância com as observações de Chesnais (2002), Christophers (2015) aponta a falta de interesse ou a negligência em relação às questões sobre o poder e a hege-

monia mundiais. De fato, tais questões são colocadas de lado e não aparecem na maior parte das análises sobre a financeirização, que geralmente enxergam apenas um espaço econômico mundial de fluxos de capitais financeiros em busca de valorização. Capitais que circulam, se territorializam e se desterritorializam em Estados nacionais que respondem variegadamente a esse movimento. Além disso, esses estudos geralmente têm como referência e exemplos privilegiados os Estados Unidos e a Inglaterra, tendendo, portanto, a enxergar as evidências de uma financeirização sistêmica do capitalismo apenas a partir desses dois países e não percebendo as interdependências/dependências entre os Estados nacionais que em grande medida possibilitaram a ascensão das finanças nesses territórios específicos. Sobre os limites temporais, Christophers (2015) lembra que a financeirização já ocorreu em outros momentos históricos de forma semelhante, mas não idêntica, a que presenciemos atualmente. Com lentes históricas restritas e desconsiderando os paralelos com outras épocas, tais perspectivas projetam um falso senso de ineditismo ou exageram os aspectos de novidade do presente. Ele vai além e afirma que, em sua perspectiva, é um erro tomar a financeirização como algo excepcional, um desvio do desenvolvimento capitalista. Isso porque a situação mais anômala ou divergente do padrão de funcionamento do capitalismo seria exatamente a do período fordista, de intenso crescimento econômico dominado pelo capital produtivo. Portanto, em sua perspectiva, na longa história do capitalismo “somente entre meados da década de 1930 e meados da década de 1970, nas principais nações industrializadas do Ocidente, as finanças foram verdadeiramente acorrentadas” (CHRISTOPHERS, 2015, p. 193, tradução nossa).

Seja como for, por que exatamente essas óticas historicamente restritas representariam um problema para as interpretações da financeirização atual? Christophers (2015) apresenta dois motivos. Em primeiro lugar, ao não considerarmos os processos semelhantes que ocorreram no passado, enfraquecemos nossa análise dos processos atuais. A compreensão do que exatamente é novo e o que é recorrente na história é fundamental para ampliarmos os horizontes de compreensão das dinâmicas sociais. Em segundo lugar, a separação entre o passado e o presente é apenas um recorte analítico resultado dos modos como